



# **Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Pça. Cel. Joaquim Resende, 69 – Centro – Entre Rios de Minas – MG – CEP.: 35.490-000

Telefax: (0xx31) 3751-1232 – E-mail: [pmlicita@entrieriosminas.mg.gov.br](mailto:pmlicita@entrieriosminas.mg.gov.br)

*Lei N.º 1.631, de 08 de Novembro de 2012.*

*Dispõe sobre Abono Pecuniário e dá outras providências.*

**A Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, abono pecuniário aos Profissionais do Magistério, para atender o índice de cumprimento de pelo menos 60% (sessenta por cento) da receita do FUNDEB.

**Parágrafo Único** – O abono a que se refere o caput deste artigo será repassado em cumprimento ao artigo 22 da Lei Federal 11.494/2007.

**Art. 2º** - Fica o Município desobrigado da referida concessão se estar atingindo o índice de 60% (sessenta por cento) com a remuneração dos profissionais.

**Art. 3º** - O abono pecuniário a que se refere esta Lei é de caráter excepcional, temporário e não servirá de base para cálculo de pagamento de gratificação natalina, férias, e de qualquer outra vantagem, não incorporando aos vencimentos pagos pelo Município.

O prêmio na categoria de abono:

I – Não integra o vencimento para qualquer efeito;

II – Não incide sobre ele desconto previdenciário;

III – Tem como fonte de custeio os recursos do FUNDEB para os atendimentos do percentual mínimo da distribuição dos recursos.

**Art. 4º** - O pagamento do abono será pago proporcional ao tempo de serviço prestado no exercício, excluindo do cálculo o período em que o servidor se encontrar em licença sem remuneração, porém, fará jus ao pagamento os servidores que estiverem nas seguintes condições:

- a- Exercício da função no mês do pagamento;
- b- Gozo de licença gestante;
- c- Gozo de licença médica inferior a seis meses;
- d- Gozo de licença remunerada.

§1º - Os servidores efetivos ou comissionados que forem exonerados, demitidos, aposentados antes da vigência desta Lei não farão jus ao recebimento do abono pecuniário.


§2º - Os servidores contratados, cujos contratos extinguirem-se antes da vigência desta Lei, não farão jus ao pagamento do abono pecuniário.


§3º - O Servidor que estiver em licença sem remuneração e que tenha trabalhado no exercício em data anterior à vigência desta Lei não fará jus ao abono pecuniário.

**Art. 5º** - Os valores do abono serão regulamentados por Decreto do Executivo, observando-se a capacidade orçamentária e financeira para sua concessão e os limites de aplicação dos recursos.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas, 08 de Novembro de 2012.

  
**Mário Augusto Alves Andrade**  
Prefeito Municipal

  
**Silvério de Oliveira Resende**  
Procurador Geral do Município  
OAB/MG N.º 34.643